

JOSÉ GENOÍNO
ESTADO DE SÃO PAULO

Novo padrão de desenvolvimento 25 SET 1993



**É um erro
confundir
controle com
participação
empresarial
direta**

O esgotamento do modelo econômico é um fato indiscutível. Está expresso na deterioração dos níveis de vida, na instabilidade e na falta de crescimento sustentado. É necessário um novo padrão de desenvolvimento, que combine retomada econômica com democratização da propriedade, emprego e salários dignos e acesso de todos à educação, saúde, lazer e assistência social. Em síntese, capaz de promover as bases materiais da cidadania.

A definição do novo modelo certamente não poderá prescindir de uma reforma geral do Estado, inclusive redefinindo o seu papel. Desde o período autoritário, sempre se adiaram os investimentos públicos nas áreas sociais, em nome da infraestrutura econômica. Isso é injustificável e até mesmo criminoso quando ressurgem epidemias, se disseminam as chacinhas, os sistemas de saúde, educação e previdência estão falidos e as novas tecnologias (inevitáveis) geram desemprego.

Mas, como os recursos são escassos, redirecioná-los para a área social significa também retirá-los de setores da economia dos quais o poder público hoje participa. Todos admitem que, em função disso, o Esta-

do deve restringir-se aos setores "estratégicos". Mas o que entender por isto? O termo tem sido suficientemente elástico para que estatistas ampliem o conceito, enquanto seus adversários buscam diminuí-lo. Assim, todos se põem de acordo em que o Estado deve participar dos tais setores estratégicos para, em seguida, discordarem quanto à siderurgia, ao transporte ou à energia.

Para evitar um falso debate, vamos estabelecer que são estratégicos

todos os setores de interesse social, de segurança nacional ou que têm forte impacto na cadeia produtiva, como as comunicações, o transporte, a energia, a mineração, a indústria bélica, o meio ambiente, a indústria pesada e a tecnologia de ponta.

Evidentemente, os setores estratégicos necessitam de um tipo especial de participação do Estado. Se os fabricantes de balas de goma aumentarem seus preços abusivamente, não será o caso de intervir, já que as crianças consumirão chocolates. Mas o mesmo não se dá com o transporte público, pelo seu aspecto social, ou com a energia elétrica e serviços telefônicos, cuja utilização por todas as empresas implica aumentos de custos, inflação e perda de competitividade das exportações. Por is-

so, necessitam de mecanismos de controle do Estado e da sociedade civil (órgãos de defesa do consumidor, do meio ambiente, organismos de ética e auto-regulamentação empresarial etc.).

Mas é um erro confundir controle com participação empresarial direta do Estado. Com exceção de alguns poucos setores que têm apresentado eficiência e alto grau de organização empresarial e devem continuar como monopólio do Estado, os outros setores estratégicos poderiam funcionar segundo três diferentes modelos básicos, a serem escolhidos caso a caso, tendo em vista as prioridades do País e sua capacidade econômica. Dessa forma se garantiria ao mesmo tempo o controle social e o fim da intervenção empresarial direta do poder público, liberando recursos para as áreas sociais. Essas formas seriam:

■ *A criação de uma esfera pública não estatal* — Parte significativa da dívida social com o FGTS e outros fundos sociais seria paga por meio de transferência de empresas estatais, que passariam a ter os fundos como proprietários e seriam administradas por profissionais contratados pela gestão dos fundos (que poderia ser formada por comissão paritária entre sindicatos de trabalhadores e entidades patronais).

■ *O contrato de gestão* — Parte das empresas e serviços públicos poderia permanecer sob propriedade estatal, porém administrada por empresas privadas contratadas. Esse

modelo pode ser útil nos casos das estradas, portos ou usinas de energia elétrica, que possuem altos patrimônios e inconvenientes claros para transferência ao setor privado.

■ *O modelo de concessão* — Essa forma, já utilizada pelos canais de rádio e TV e por empresas de transporte, poderia ser estendida a outros setores.

Evidentemente, como o Estado exercerá controle legal, não há razão para discriminar o capital estrangeiro em áreas como mineração ou telecomunicações. Interessam ao consumidor qualidade e preços baixos. Para o Estado importa equilíbrio orçamentário, para pôr fim à inflação e direcionar o essencial dos recursos para o gasto social. Para os trabalhadores, são importantes novos investimentos, que gerarão empregos e possibilidades de melhores salários.

Regulamentando um novo papel para o Estado, ele poderá ser menor fisicamente, porém mais eficiente, democrático e presente nas questões essenciais da cidadania. Mas, se não quisermos este caminho, resta a "segurança" do conhecido: a segunda pior distribuição de renda do mundo, um Estado omissivo das suas obrigações sociais, mas que administra estradas campeãs mundiais em acidentes e a familiar instabilidade e falta de perspectivas de crescimento econômico. Não pode haver opção pior.

■ José Genoíno é deputado federal (PT-SP)

Economia - Brasil

PA2